

Entre olhares: a Santa Casa de Misericórdia de Manaus e seu papel na saúde pública e assistência à população (1870-1910)

Shirley Pereira Cardoso

Mestranda em História pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM

shirleycardosos@gmail.com

O objetivo desse texto é situar a pesquisa desenvolvida no âmbito do mestrado na qual se faz presente a problemática ligada a trajetória da Santa Casa de Misericórdia de Manaus em um contexto entre os anos finais do século XIX e início do XX, período de transição política onde percebemos olhares distintos da administração imperial e republicana para com esta instituição. O recorte temporal contempla os anos de 1870 a 1910, com o intuito de podermos acompanhar melhor sua conjuntura nas duas fases políticas.

É nesse sentido que surge como inquietação de pesquisa o desvelamento do contexto da política de higienização e urbanismo. Para tanto, busca-se analisar a Santa Casa de Misericórdia de Manaus no contexto de transição política do regime imperial ao republicano, logo surgem questões sobre: quais medidas administrativas foram tomadas pelos administradores dos anos de 1870 a 1910 e pelos gestores das Secretarias e Inspetorias de Saúde para com a Santa Casa de Misericórdia de Manaus, no contexto da política de higienização e urbanismo? Já que esta atraía para o seio da sociedade manauara, pobres e moribundos em busca de cura para suas moléstias. Que estratégias estes governadores adotaram com relação aos grupos que estavam à margem do progresso vivenciado pela elite extrativista?

A fim de atender aos objetivos desta pesquisa, nos concentramos em um conjunto documental específico tais como os Relatórios de Presidentes de Província, que consistem em documentos emitidos pela administração oitocentista, endereçados à Assembleia Provincial anualmente com um balanço administrativo relativo aos mais variados assuntos como estatísticas, economia, segurança, educação, obras públicas, saúde e etc.

Trata-se portanto de um documento oficial, produzido pelos presidentes de Província que precisam ser analisados com cuidado e rigor técnico. Em obra coletiva, (VIEIRA, 2005) discute a função do documento e da experiência humana dentro da pesquisa histórica. A obra relembra a trajetória da percepção do historiador quanto aos documentos, desde que a história ganhou status de ciência, no final do século XIX, onde o documento escrito e oficial era tido como verossímil, a partir da escola positivista. Cabia, portanto, ao historiador, narrar os fatos contidos nos documentos sem questionar sua intencionalidade.

A partir da Escola dos Annales, no entanto, entende-se a ação humana como inerente ao conhecimento histórico. Desta forma, junto ao documento escrito anexa-se uma gama variada de fontes históricas ao conceito de documento. Isto posto, cabe ao historiador, interrogar o documento e problematizar a intencionalidade com a qual foi produzido, partindo desse pressuposto nossa análise sobre as questões de saúde no período estudado tomam para si tais cuidados.

Questões sanitárias no período imperial

Com a criação da Junta Central de Higiene Pública, através do decreto nº. 598, de 14 de setembro de 1850, o tema sanitário tornou-se oficialmente de responsabilidade do Estado. No entanto, a falta de infraestrutura adequadas ao cumprimento do atendimento aos doentes e de saneamento básico na cidade, dificultaram os trabalhos da Junta.

No século XIX reinava no meio científico a ideia de que as doenças estavam relacionadas aos miasmas, que consistiam em emanações de odores fétidos de animais em decomposição, ambientes insalubres e outros, juntamente com o clima tropical da região, que segundo o saber médico do período eram os responsáveis pelas constantes surtos epidêmicos.

Somente a partir dos anos de 1880 é possível identificar os esforços em benefício às ações de saúde pública, que se caracterizou mais pelo avanço no processo de urbanização e embelezamento da cidade, agenciados pelo progresso econômico em decorrência da economia gomígera, tais como: calçamentos das ruas, construção de

pontes, aterro e limpeza dos igarapés, arborização de praças, dentre outros. Isto porque como vimos, a origem das doenças estava intimamente relacionadas com a precariedade do espaço urbano.

Não obstante, tais iniciativas não foram capazes de modificar a conjuntura patológica da cidade, de modo que, as epidemias continuavam a acometer a população. De acordo com (SCHWEICKARDT, 2011) a Amazônia se apresentava como local ideal à reprodução de doenças tropicais por conta de diferentes fatores tais como “o clima, a temperatura e as condições de vida da população”.

Nos relatórios dos presidentes de província encontramos inúmeras queixas relativas às necessidades sanitárias da região, para acudir os doentes do interior da província os presidentes enviavam socorro por meio de ambulâncias que consistiam em comissões dotadas de medicamentos e pessoas que cuidassem da população do interior da província acometida por determinadas epidemias.

No relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas em 1872, pelo então presidente o general Dr. José de Miranda da Silva Reis, são apresentadas queixas quanto à ausência de uma Enfermaria de caridade na cidade. Diante das epidemias, lazaretos e enfermarias são improvisados para acolher os doentes, vale ressaltar que tais iniciativas são paliativas, sendo destacadas somente nos períodos epidêmicos, a Inspetoria de Saúde recebe doações de particulares para montar tais estabelecimentos a fim de atender aos doentes, da capital e do interior, (SILVA

Como podemos perceber, no que concerne ao campo sanitário, a falta de um hospital na região era o que mais inquietava a sociedade local, motivo de preocupação em meio a tantas epidemias. O Hospital Militar fundado em 1856 é o único estabelecimento hospitalar existente na província, nela são socorridos todos os doentes militares e civis, de modo que é constantemente mencionada nos Relatórios de Presidentes de Província.

Deste modo, em conformidade com a Lei Provincial nº 451 de 14 de abril do ano de 1880, foi criada a Irmandade de Misericórdia, inaugurada em 16 de maio do mesmo ano o Hospital de Caridade, que teve como primeiro Provedor o Dr. Feliciano Antonio

Benjamim. Os doentes que se achavam na Enfermaria militar foram transferidos para a Santa a Casa.

A Santa Casa passou a ser administrada em 1886 pelas irmãs “Filhas de Sant’Ana”, religiosas que faziam parte da ordem religiosa criada por Rosa Benedicta Gattorno, na Itália, que tinha por objetivo prestar assistência aos pobres e doentes.

Este estabelecimento, inaugurado a 16 de maio d’este anno, vae já prestando bons serviços á população desvalida.

Ainda não está definitivamente organizada a irmandade da Santa Casa de Misericórdia, que criastes para administrá-lo por lei numero 451, de 14 de abril; mas havendo sido noemado por meu antecessor a mesa administrativa que o está dirigindo, vai ele funcionando com alguma regularidade. (RPP-AM, 1880)

Desde então esta instituição ficou encarregada pelo atendimento da população civil, majoritariamente carente, tanto da cidade quanto do interior, socorrendo desde então várias pessoas. Criada para esta finalidade a referida instituição tinha majoritariamente entre seus socorridos desvalidos e indigentes.

No mesmo ano, é apresentada ao relatório presidencial da província a necessidade de dar continuidade as obras de levantamento do Hospital, para melhor socorrer os doentes que recorrem ao hospital em número cada vez maior.

O hospital de caridade, que tão reaes beneficios vae prestando aos pobres e desvalidos, é já insuficiente para os doentes que o procuram. É justo que sejam ali continuadas as obras, entrando, entrando no plano delas algumas acomodações especiaes para os presos e para os alienados. (RPP-AM, 1880)

Nos anos posteriores nos deparamos com a mesma circunstância, no entanto, em decorrência da ampliação de seu espaço com a inauguração de novas instalações o Hospital de Caridade tornou-se capaz de receber um numero bem maior de pacientes, aumentando consideravelmente as estatísticas ao longo dos anos.

A seguir veremos a fala do provedor da Santa Casa J. Costa, em 9 de março de 1885, neste relatório apresentado ao presidente da província Dr José Jansen Ferreira Junior, ele principia a exposição discorrendo, a respeito das benfeitorias prestadas pela entidade, com o acolhimento da população carente necessitada de tratamento médico, apresentando em seguida as agruras financeiras pelas quais passavam para manter suas atividades.

Esta pia e importante instituição continua a produzir os mais bellos fructos da caridade,

Os infelizes que outrora vergados sob as garras da miséria, faltos de saúde, de tratamento e de outros recursos da vida, encontram agora, à sombra d'este estabelecimento, lenitivos para os seus sofrimentos.

Em uma capital, com a da vasta e esplendida região amazônica, a santa Casa há de ser o valente escudo contra a desgraça, assim como o asilo dileto dos desventurados da sorte.

Porém tão sublime instituição, forçoso é dize-lo, jamais se poderá conservar serena no sagrado mister de sua árdua função sem que a mão protetora do governo venha em seu auxilio, facilitando-lhe os meios de ação e movimento.

Os fracos recursos de que ela dispõe ainda são por demais insuficientes para consolida-la em seus fundamentos. [...]

Podemos perceber que os gastos com os indigentes são altos e os recursos da Santa Casa poucos, ao longo da pesquisa constatamos nuances quanto ao tratamento dispensado aos serviços destinados aos desvalidos e indigentes. Na década de 1870, por exemplo, havia a preocupação quanto à falta de um local para dar amparo e socorro a estas pessoas, segundo os princípios da caridade cristã. De tal forma que constam nos relatórios doações da elite provincial, destinadas à construção do Hospital de Caridade, tão pleiteado pelas administrações anteriores.

Nos anos que seguem após a inauguração da Santa Casa de Misericórdia, na década seguinte ao início das obras de seu edifício, em 1880, os provedores denunciam a baixa receita do Hospital e seus dispendiosos gastos com o acolhimento dos desafortunados da província, suplicando ao poder público ajuda para custear as despesas

do Hospital, bem como das enfermarias das quais estavam sob sua supervisão. Em seguida temos o discurso

Ella [a irmandade] não conta com outros recursos, além dos que recebe dos cofres provinciais e vós pede auxílio para não ser levada a fechar as portas de seu Hospital.

Enquanto a Santa Casa de Misericórdia não adquire patrimônio, que lhe dê rendimentos para occorrer á dificuldade semelhantes, convém que as Camaras Municipaes da província, em geral com rendas avultadas, proponham em seus orçamentos uma dotação para auxiliá-la. É uma medida justa, porque no respectivo Hospital entram indistintamente habitantes de todos os municípios.

O patrimônio, observadas as prescrições leaes, poderá ser fundado em seringaes devolutos, por concessão gratuita do Governo Imperial.

É tempo de attentamente do assumpto.

Resgatamos acima, outro momento da exposição do Provedor da Santa Casa, Jeronimo Costa, do ano de 1886, onde assevera as más condições financeiras pelas quais enfrentavam o Hospital, afirmando não ter, o mesmo, com quem contar senão com a ajuda do governo para continuar prestando serviço aos doentes de todo o Estado, solicitando ainda subsídios provenientes das Câmaras Municipais, que também encaminhavam seus doentes para a Santa Casa.

Buscando informações junto aos relatórios oficiais, constatamos, uma certa mudança com relação ao olhar do Estado, lançado sobre a Santa Casa de Misericórdia. O olhar da República sobre a Santa Casa

Em seu trabalho (DIAS, 1999) revela a realidade das intenções com relação às ações e intervenções do governo no que tange ao espaço urbano. O desenvolvimento do capitalismo, que tornou as cidades o grande centro de interesses de todos, atraindo investidores, empresários, consequentemente atraindo também milhares de trabalhadores. Gerando por outro lado, uma crise no âmbito social, pois a essa aglomeração de pessoas,

muitas sem condições de subsistência, tornaram-se uma massa de mendigos, que destoavam do ar de riqueza que se queria configurar à cidade.

O poder do capital determinou uma nova concepção de cidade, sendo, portanto, o grande responsável pelo estabelecimento de conflitos impostos pelas contradições econômicas, sociais e políticas que se constituem a partir daí. O capital se apressa em engrandecer a capital do Amazonas, consolidando a demolição da antiga aldeia e da velha cidade colonial, não levando em conta, nesse projeto civilizatório, os impactos sociais e ambientais negativos. (DIAS, 1999)

Deste modo um conjunto enorme de mudanças promoveu a elaboração de padrões sanitários aos centros urbanos, de modo que, o Estado em conjunto com os interesses privado, criaram mecanismos de exclusão, ditando normas em seus Códigos de Postura, a fim de controlar a população carente, isso se configurou, também no projeto de acolhimento de desvalidos e indigentes da Santa Casa de Misericórdia de Manaus. Segue abaixo um trecho do relatório do Governo já no período Republicano sobre o Hospital em 1891:

O actual edifício da Santa Casa de Misericórdia, além de ter proporções acanhadas, sem os melhoramentos exigidos para o tratamento de diversas moléstias, acha-se collocado no centro da cidade, o que é muito inconveniente, não só aos próprios enfermos como à hygiene pública. Lembro-vos por conseguinte, que deveis autorizar-se a applicar na construção de um outro edifício, fora da cidade, o credito já voltado de 50:000\$000 para quartel de polícia, modoficando-se o prédio para este fim.

Nesse viés, os governadores, na República, não compartilharam do mesmo entusiasmo esboçado pelos presidentes de Província para com a Santa Casa de Misericórdia de Manaus, que com o objetivo de urbanizar e embelezar a cidade, criaram medidas coercitivas com o intuito de afastar essa população da área central da cidade, área na qual a Santa Casa de Misericórdia estava em evidência.

A partir da década de 1890, com as novas políticas de higiene em voga, fica bastante claro o desagrado, por parte dos Inspectores de Saúde Pública com relação à localização da Santa Casa de Misericórdia, por estar locada na área central da capital mundial da borracha, sendo responsabilizada pela aglomeração de pessoas carentes em busca de socorro médico. Cerca de vinte anos antes, de acordo com o que já expomos anteriormente, havia uma urgência com relação à construção de um Hospital de Caridade na cidade, em função disso por iniciativa da presidência da província com o apoio financeiro de particulares foi dado início às obras do Hospital com bastante entusiasmo. Nos anos que compreendem a década de 80 do século XIX, já localizamos, como vimos, a situação problemática da Santa Casa quanto a estrutura de seu edifício, que precisava de reparos e ampliação, bem como de sua condição financeira, a despeito disso, no entanto seus prestimosos serviços eram ressaltados pela administração provincial.

Durante toda a década seguinte a Santa Casa, que outrora havia sido tão desejada no Império, passa a ser motivo de preocupação e desgosto na República. Se entre os presidentes de província havia queixas quanto a sua ausência, entre os governadores o motivo de queixas era quanto sua presença. Assim sendo, são constantes os pedidos em favor de sua transferência para longe da área central da cidade.

Dentre a lista de reformas consideradas salutares, pela Repartição de Higiene Pública, para o estabelecimento da saúde e bem-estar da população como: canalização de esgotos, remoção e incineração do lixo, distribuição de água, arborização de ruas e praças, limpeza dos igarapés, dentre outros, encontra-se a remoção do hospital de Misericórdia.

[...] Faz paralelo com aquelle estabelecimento [referem-se ao cemitério de S. José] um outro que deve ser retirado do lugar em que se acha e collocado em outro ponto distante do centro populoso – refereimo-nos ao Hospital de Caridade. A escolha do local para colocação de tal estabelecimento foi infeliz e agora ainda muito mais se nota tal infelicidade porque com o aumento da cidade vae o Hospital cada vez mais se aproximando do coração da população; por falarmos em hospital, lembramos a edificação de dous

pequenos estabelecimentos para tal fim, um para loucos, e outro aos elephantiacos de que tanto se resente nossa capital.

Vale ressaltar, que a despeito dos pedidos para remoção da Santa Casa da área central da cidade, apesar das dificuldades apontadas, ela continuava a prestar serviços de assistência à população carente, atraindo assim, tantos desafortunados em busca de socorro, por esse motivo o governo local considerava imperativo sua transferência pois o Hospital destoava da imagem de cidade moderna, próspera e bela ao aproximar tantos indigentes ao centro.

Como vimos, o estado sanitário da Província do Amazonas era demasiado insalubre, epidemias faziam constantemente vítimas pela capital e interior. Febre amarela, febres intermitentes e varíola eram uma das doenças mais registradas pelas autoridades no período estudado. Socorros eram remetidos ao interior com frequência, a fim de acudir os doentes, bem como a constituição temporária de lazaretos e enfermarias aos enfermos na capital e no interior.

Na falta de um hospital de caridade parte desses doentes eram socorridos pelo Hospital Militar, repetidas vezes percebemos o descontentamento, na fala dos presidentes da província, quanto a esta situação. De modo que em 1880 seria inaugurada a Santa Casa de Misericórdia de Manaus, que passaria a cuidar dos doentes de classe social menos abastadas como os desvalidos e indigentes que necessitassem de tratamento.

Por vezes esta entidade teve de ser ampliada, na medida em que suas enfermarias, com todos os leitos ocupados, não davam conta de abrigar tantos enfermos, suas despesas eram custeadas pelo governo.

Quando inaugurada, ainda no século XIX, a Santa Casa de Misericórdia de Manaus tornou-se a grande responsável pelo atendimento da população carente, abrigando e tratando milhares de pessoas ao ano, de modo que segundo os padrões do período republicado o hospital, não satisfazia as necessidades estéticas e de higiene para permanecer no centro da capital, não obstante continuou a funcionar no mesmo local.

Ao longo do século XX a Santa Casa de Manaus, tornou-se uma instituição de referência no atendimento médico hospitalar da população amazonense, os serviços prestados por esta instituição foram de grande importância.

A despeito disso, negligência dos responsáveis pela instituição na cidade, culminaram no seu fechamento, em 2004. Hoje o edifício abandonado da Santa Casa de Misericórdia de Manaus, continua a ser considerado um problema para os governos atuais, localizado em uma área turística nas redondezas do Teatro Amazonas e em situação de completo desmazelo, continua a atrair os desfavorecidos da era contemporânea: moradores de rua e viciados. Essa mistura de tempos é sintomática e própria do trabalho histórico, uma vez que as ressonâncias de processos anteriores, que por vezes distam séculos, ecoam na nossa contemporaneidade.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Josali do. *Ritmos e dissonâncias: controle e disciplinarização dos desvalidos e indigentes nas políticas públicas do Amazonas. (1852-115)*- Dissertação apresentada à Banca Examinadora do PPGHAM em 2011.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando viver ameaça a ordem urbana – Trabalhadores de Manaus (1890-1915)*. Manaus: Editora Valer e FAPEAM, 2014.

DIAS, Edinéa Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto- Manaus (1890-1920)*. Manaus: Editora Valer. 1999.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et. alii. *A Pesquisa em História*. 4ª edição. 5ª reimpressão. SP: Editora Ática, 2005.

SILVA, Júlio Santos da. *Adoecendo na cidade da borracha: Manaus (1877-1920)* / Júlio Santos da Silva. - 2012.

MESQUITA, Otoni Moreira. *LA BELLE VITRINE. O mito do progresso na refundação da cidade de Manaus (1890-1900)*. Tese de Doutorado defendido no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. 2005

SANTOS, Thaiana Caroline Pires dos. *Enfermarias e Hospitais na Província do Amazonas*. PIBH/0085/2010

SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. *Ciência, Nação e Região: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas, (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.